



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Seleção para Estágio 2019

ADMINISTRAÇÃO

1. Assinale a afirmação incorreta. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO 2019 – Lei Federal 13.707/2018), são diretrizes (orçamentárias) da União:

- a) as metas e as prioridades da administração pública federal.
- b) a estrutura e a organização do Estado.
- c) as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União.
- d) as disposições para as transferências.
- e) as disposições relativas à dívida pública federal.

2. Sobre o Projeto de Lei Orçamentária, mencionado na LDO 2019 e na Constituição Federal de 1988, podemos afirmar:

- a) Deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.
- b) Será constituído de dois anexos, do Orçamento Fiscal e do Orçamento de Investimentos.
- c) Apresentará as dotações detalhadas apenas por grupo de natureza da despesa.
- d) A Lei Orçamentária Anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluído na proibição autorização para abertura de créditos suplementares.
- e) O projeto de lei relativo ao orçamento anual poderá ser apreciado apenas pelo Senado Federal.

3. Indique a afirmativa falsa, sobre a Lei Orçamentária Anual da União e suas disposições:

- a) Compreende o Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento.
- b) Estima a receita e fixa a despesa para os próximos 3 exercícios financeiros da União.
- c) Dispõe sobre a autorização para Abertura de Créditos Suplementares.
- d) O Orçamento de Investimento é relativo a empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.
- e) O Poder Executivo está autorizado a abrir créditos suplementares, observados certos limites e condições legais.

4. Sobre o Plano Plurianual da União, assinale a alternativa incorreta:

- a) É instrumento de planejamento governamental, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.
- b) Define as prioridades da administração pública federal.
- c) Reflete as políticas públicas por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
- d) Os Programas constantes do PPA deverão estar expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.
- e) Define diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas correntes, pois as despesas de capital estão evidenciadas no âmbito da Lei Orçamentária Anual.

5. Com respeito à limitação orçamentária e financeira, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não é possível afirmar:

- a) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União deverão elaborar e publicar por ato próprio, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão.
- b) Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.
- c) Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e a movimentação financeira.
- d) O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo.
- e) Aplica-se aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União a limitação de empenho e a movimentação financeira cuja necessidade tenha sido identificada fora da avaliação bimestral.

6. Indique a afirmação falsa, sobre a Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95/2016), que trata do Novo Regime Fiscal:

- a) O Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União vigorará por vinte exercícios financeiros.
- b) As despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições, não estão incluídas nos limites individualizados para as despesas primárias, definidos pela EC 95/2016.
- c) Para os exercícios financeiros posteriores a 2017, o limite de despesas será corrigido pela variação do PIB, Produto Interno Bruto.
- d) O Presidente da República poderá propor, a partir do décimo exercício da vigência do Novo Regime Fiscal, projeto de lei complementar para alteração do método de correção dos limites estabelecidos na EC 95/2016.
- e) Para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na EC 95/2016, serão consideradas as despesas primárias pagas, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário no exercício.

7. Sobre o SIOP – Sistema Integrado de Orçamento Público, podemos afirmar:

- a) É o sistema informatizado que suporta os processos de Apuração de Custos e Orçamento do Governo Federal.
- b) É o sistema informatizado que suporta os processos de Planejamento e Orçamento exclusivamente do Poder Judiciário e Ministério Público da União.
- c) Tem como objetivo fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
- d) São tratados no SIOP, dentre outros assuntos/processos, a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA e as Alterações Orçamentárias/Créditos.
- e) Consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

8. O SIAFI é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, sobre o qual podemos afirmar:

- a) São Documentos do SIAFI, dentre outros, a nota de empenho e a ordem bancária.
- b) Um de seus objetivos é prover os Órgãos da Administração Pública de mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e contábil.
- c) Proporciona a transparência dos gastos públicos.
- d) O SIAFI abrange desde o registro do orçamento inicial da receita e despesa até a emissão das demonstrações contábeis mensais e anuais, além dos procedimentos específicos de encerramento e abertura de exercício.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

9. Com base na Lei 10.520/2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, são considerados bens e serviços comuns:

- a) Aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade requerem avaliação minuciosa, pois devem atender necessidades específicas da Administração.
- b) Aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade não precisam ser definidos objetivamente no edital, pois são facilmente encontrados no mercado.
- c) Aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- d) Aqueles que são facilmente encontrados no mercado e possuem pouca variação de ordem técnica.
- e) n.d.a.

10. São modalidades de licitação:

- a) Convite, concorrência e pesquisa de preços.
- b) Concurso, leilão e concorrência.
- c) Convite, concorrência e pesquisa de mercado.
- d) Tomada de preços, concorrência e alienação.
- e) Pesquisa de preços, convite e leilão.

11. Considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

- I) A definição do objeto do pregão deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
- II) Não podem ser adquiridos na modalidade de pregão bens e serviços comuns da área da saúde.
- III) A convocação de interessados em participar do certame será efetuada exclusivamente por meio de publicação de aviso em diário oficial.
- a) As afirmações I e III são verdadeiras.
- b) Apenas a afirmação I é verdadeira.
- c) As afirmações II e III são verdadeiras.
- d) Todas as afirmações são verdadeiras.
- e) Todas as afirmações são falsas.

12. Assinale a alternativa correta:

- a) Pesquisa de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- b) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, convidados em número mínimo de 5 (cinco) pela Administração, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas
- c) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- d) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a aquisição de bens móveis a quem oferecer o menor lance, igual ou inferior ao valor estimado pela Administração.
- e) Convite é a modalidade de licitação que pode ser utilizada para aquisição de bens e serviços até o limite de R\$ 200.000,00

13. Considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

- I) É permitido ao servidor público acumular dois cargos públicos de professor, quando houver compatibilidade de horário.
 - II) A associação sindical não é permitida aos servidores públicos.
 - III) O servidor público, afastado do seu cargo para exercer mandato eletivo, terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- a) As afirmações I e III são verdadeiras.
 - b) Apenas a afirmação III é verdadeira.
 - c) As afirmações II e III são verdadeiras.
 - d) Todas as afirmações são verdadeiras.
 - e) Todas as afirmações são falsas.

14. É correto afirmar que:

- a) A administração pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, de acordo com a lei ou convênio.
- c) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- d) O servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, vincula-se ao regime geral de previdência social.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

15. As autarquias e fundações públicas integram a administração pública indireta, sendo correto afirmar que:

- a) As autarquias são criadas por lei específica para prestação de serviço público específico, e dispõem de autonomia administrativa.
- b) Por não fazerem parte da administração direta, os bens de ambas podem ser penhorados.
- c) Ambas podem ter personalidade jurídica de direito público ou de direito privado,
- d) O patrimônio, rendas e serviços de ambas estão sujeitos à incidência de impostos.
- e) Os atos constitutivos das fundações públicas necessitam de inscrição no registro civil das pessoas jurídicas.

16. A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, da autoridade nomeante, configura nepotismo, sendo uma ofensa ao princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Legitimidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

17. As afirmações abaixo são verdadeiras, exceto:

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa fazem parte dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional.
- d) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais não é objetivo da República Federativa do Brasil.
- e) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado

18. É correto afirmar:

- a) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- b) Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária.
- c) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- d) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.
- e) Estão corretas todas as alternativas anteriores.

19. Não é órgão do Poder Judiciário:

- a) O Ministério Público Federal.
- b) O Conselho Nacional de Justiça.
- c) Os Juízes Militares.
- d) Os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

20. Compete privativamente aos tribunais:

- a) Eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.
- b) Organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.
- c) Prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.
- d) Prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

21. Assinale a alternativa falsa:

- a) O Poder Judiciário possui autonomia administrativa mas não financeira.
- b) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados, conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- c) O encaminhamento da proposta orçamentária dos tribunais, no âmbito da União compete aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais.
- d) Se os órgãos do Poder Judiciário não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, com os devidos ajustes legais.
- e) Não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias durante a execução orçamentária do exercício, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

22. Quanto às limitações do poder de tributar e sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- c) Cobrar tributos.
- d) Utilizar tributo com efeito de confisco.
- e) Todas as alternativas anteriores.

23. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- b) templos de qualquer culto.
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- e) Todas as alternativas anteriores.

24. Indique a afirmação falsa:

- a) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica.
- b) É proibido atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- c) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- d) Os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios não poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- e) A União não poderá tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

25. Não é correto afirmar:

- a) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica.
- b) É proibido atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- c) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- d) Os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios não poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- e) A União não poderá tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

26. Sobre o Banco Central do Brasil, não podemos afirmar:

- a) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.
- b) O Banco Central poderá conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- c) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.
- d) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central.
- e) É objetivo do Banco Central regular a oferta de moeda e a taxa de juros.

27. Sobre os princípios do Orçamento Público, assinale a alternativa incorreta:

- a) O orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento.
- b) A Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- c) Pelo princípio da anualidade, o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas.
- d) O princípio da exclusividade, previsto no § 8º do art. 165 da CF, estabelece que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, sem exceções.
- e) O princípio do orçamento bruto, previsto no art. 6º da Lei nº 4.320, de 1964, preconiza o registro das receitas e despesas na lei orçamentária pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

28. Sobre a Receita e Despesa pública podemos afirmar, exceto:

- a) Quanto à categoria econômica, a despesa é classificada em despesa corrente e despesa de capital.
- b) Pertencem ao exercício financeiro a despesa nele legalmente empenhada e a receita nele prevista.
- c) As despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro poderão ser contabilizadas como restos a pagar.
- d) Os empenhos que correrem a conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.
- e) Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício.

29. Assinale a afirmativa verdadeira:

- a) São estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.
- b) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- c) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- d) A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base, além de outros documentos, a nota de empenho.
- e) Todas as alternativas anteriores são verdadeiras.

30. Sobre pagamento, segundo a Lei 4.320/64, marque a alternativa incorreta:

- a) A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.
- b) Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos.
- c) O pagamento da despesa não poderá ser efetuado por meio de regime de adiantamento de recursos financeiros.
- d) A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
- e) A liquidação da despesa deverá ser prévia ao seu regular pagamento.

31. Assinale a alternativa correta sobre o empenho da despesa:

- a) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento independente de implemento de condição.
- b) O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- c) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- d) É permitido o empenho estimativo de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- e) Para cada empenho será gerado um documento denominado "nota de sistema".

32. Sobre despesas de exercício anterior, indique a alternativa falsa:

- a) A despesa reconhecida não poderá estar inscrita em restos a pagar.
- b) A despesa é paga em um exercício financeiro, mas ocorreu em exercício anterior.
- c) O pagamento de despesa de exercício anterior acontece utilizando o orçamento vigente.
- d) Seu pagamento deverá ocorrer com prévia autorização do ordenador de despesa.
- e) São dívidas denominadas restos a pagar.

33. A despesa e a receita orçamentárias:

- a) Possuem regime contábil de competência e caixa, respectivamente.
- b) Possuem regime contábil de caixa e competência, respectivamente.
- c) Possuem regime contábil de caixa
- d) Possuem regime contábil de competência.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

34. Indique a afirmativa verdadeira, sobre o exercício financeiro na Administração Pública:

- a) É definido pela Lei Orçamentária Anual.
- b) É determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) O Poder Executivo estabelece por decreto, anualmente.
- d) Coincide com o ano civil.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

35. São Investimentos, segundo a Lei 4.320/1964:

- a) As dotações para o planejamento e a execução de obras.
- b) As dotações destinadas à aquisição de imóveis.
- c) Os gastos com equipamentos e material permanente.
- d) Os gastos com a constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- e) Todas as afirmações anteriores são verdadeiras.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

36. Considerando o aplicativo LibreOffice Writer, em relação a seleção de texto, indique a alternativa INCORRETA:

- a) É possível ativar o modo de seleção por bloco através do menu Editar→Modo de Seleção→ Bloco
- b) Para selecionar uma palavra devemos clicar duas vezes com o botão esquerdo do mouse sobre a palavra
- c) Para selecionar uma frase devemos clicar três vezes com o botão esquerdo do mouse sobre qualquer parte da frase
- d) Para selecionar todo o parágrafo devemos clicar quatro vezes com o botão esquerdo do mouse sobre qualquer parte do parágrafo
- e) Para selecionar todo o texto devemos clicar cinco vezes com o botão esquerdo do mouse sobre qualquer palavra do texto

37. No navegador Google Chrome, existem diversos atalhos que tem como objetivo oferecer acesso mais rápido às funcionalidades do aplicativo. Considere as informações abaixo e responda:

- I. Ctrl + T – Abre uma nova guia
 - II. Ctrl + Shift + T – Abre uma nova guia em uma nova janela
 - III. Ctrl + A – Abre uma nova Janela Anônima
 - IV. Ctrl + J – Abre a página Downloads
- a) Alternativas I e II estão corretas
 - b) Alternativas III e IV estão corretas
 - c) Alternativas I e IV estão corretas
 - d) Todas as alternativas estão corretas
 - e) Todas as alternativas estão incorretas

38. Considerando apenas a url “<https://www.tre-al.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/selecao-de-estagiarios-2019>”, que aponta para uma página na internet, é possível afirmar que:

- a) A página utiliza tecnologia Java e possui um CMS integrado
- b) O servidor físico onde a página está hospedada fica localizado no Brasil
- c) Esta url não funciona, já que não termina com as extensões “.html” ou “.htm”
- d) A página está hospedada no domínio www.tre-al.jus.br
- e) Nenhuma das alternativas está correta

39. Sobre o Windows 10 é correto afirmar:

- a) O Windows Explorer é navegador de internet padrão do Windows.
- b) O aplicativo “Painel de Controle” pode ser utilizado para alterar as configurações do Windows
- c) Windows Protect é nome do aplicativo antivírus padrão do Windows 10 e ele é instalado junto com o Windows
- d) As configurações do Windows podem ser controladas através do aplicativo “Opções do Sistema”
- e) Os aplicativos Microsoft Word e Microsoft Excel fazem parte do pacote básico de aplicativos do Windows

40. Com base na imagem da planilha abaixo, criada no aplicativo LibreOffice Calc, e sabendo que as colunas B, C, D e E representam as notas trimestrais de cada uma das disciplinas listadas na coluna A, que as colunas F e G representam, respectivamente, a soma e a média das quatro notas de cada matéria, responda:

	A	B	C	D	E	F	G
1		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Nota Anual	Média Anual
2	Matemática	8	7	10	8	33	8,25
3	Português	9	10	6	9	34	8,5
4	Inglês	7	8	9	7	31	7,75
5	História	10	8	7	7	32	8
6	Ciências	6	7	9	9	31	7,75

- a) A fórmula presente na coluna F2 é =SOMAR(B2)+SOMAR(E2)
- b) A fórmula presente na coluna G5 é =SOMA(B2:E5)
- c) A fórmula presente na coluna F4 é =SOMA(B4:E4)
- d) A fórmula presente na coluna G1 é =CALCULARMÉDIA(B1:B6)
- e) A fórmula presente na coluna F5 é =SOMA(B5:G5)